COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 5.266, DE 2001

Acrescenta inciso ao art. 20 da Lei n.º 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do FGTS a partir de vinte anos de tempo de serviço.

Autora: Deputada Vanessa Grazziotin

Relator: Deputado Wilson Braga

I - RELATÓRIO

O PL n.º 5.266, de 2001, da ilustre Deputada Vanessa Grazziotin, acrescenta inciso XIII ao art. 20 da Lei n.º 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do FGTS *“quando o trabalhador tiver completado 20 (vinte) anos de tempo de serviço, permitida a utilização máxima de 30% (trinta por cento) do saldo existente e disponível em sua conta vinculada”*

Em sua justificação, a autora defende o alcance social da proposta e alerta que *“essa forma de movimentação, assim como o saque por aposentadoria, é previsível a longo prazo, de modo que não acarretará, por si só, déficit ao Fundo”*.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Segundo a legislação fundiária, a conta vinculada do trabalhador junto ao FGTS só pode ser movimentada em caso de dispensa sem justa causa, aposentadoria, falecimento, doença grave, aquisição de moradia, ao atingir a idade de 70 anos e, finalmente, para aplicar em fundos mútuos de privatização.

Todas as possibilidades de movimentação da conta vinculada do FGTS levam em conta a necessidade de se manter adequado equilíbrio financeiro do Fundo, tendo em vista que seus ativos são aplicados, por força de lei, em operações de crédito de longo prazo de retorno, nas áreas de habitação, saneamento e infra-estrutura urbana.

Desse modo, e com a exceção do saque por dispensa sem justa causa, que era a finalidade precípua da criação do FGTS, as hipóteses de saque possuem, como ponto em comum, a característica de previsibilidade atuarial, o que permite que os gestores do Fundo possam prever, com certa precisão, os montantes de aplicação compatíveis com a distribuição temporal dos saques.

Portanto, qualquer nova possibilidade de movimentação deve levar em consideração essa característica da gestão financeira do Fundo, para preservar o próprio patrimônio dos trabalhadores. Esse é o caso da hipótese proposta pela autora do projeto sob análise, que pretende permitir a movimentação de 30% do saldo, após 20 anos de serviço. É evento previsível e de longo prazo, que pode ser atuarialmente tratado.

Assim, atendida a premissa de manutenção do equilíbrio financeiro, consideramos ser direito do trabalhador ampliar as hipóteses de saque da conta vinculada do FGTS, razão pela qual, no mérito, estamos de acordo com a proposição em epígrafe.

Ressalte-se, finalmente, que cabe à douta Comissão de Constituição, de Justiça e de Redação adotar as providências cabíveis para corrigir a técnica legislativa, no que se refere à numeração do inciso do art. 20, tendo em vista que a Medida Provisória n.º 2.164-41, de 24 de agosto de 2001, já incluiu os incisos XIII, XIV e XV no art. 20 da Lei n.º 8.036, de 1990.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PL n.º 5.266,
de 2001.

Sala da Comissão, em de de 2002.

Deputado Wilson Braga
Relator

204171.080